

FUNCIONÁRIOS APROVAM COMISSÃO E RITO PARA AS ELEIÇÕES DA AFAPUC

Em assembleia realizada no dia 13/02, em formato híbrido, presencialmente no campus Monte Alegre, os funcionários administrativos da PUC-SP aprovaram, por unanimidade, a Comissão Eleitoral e o rito das eleições para diretoria e Conselho Fiscal da AFA-PUC.

A deliberação em assembleia é uma das exigências estatutárias para a realização do pleito. Assim, foram aprovados os funcionários Bruno Pinotti, da CGE, Maria Aparecida Alves de Souza, da Faficla, Rosana Alves, da SAE-G, e Priscila Breda do Campus Sorocaba, como integrantes da Comissão Eleitoral. Outros nomes poderão ser agregados durante o processo.

Foi elaborado um esboço de cronograma eleitoral, que deverá ser discutido e homologado pela Comissão. Em princípio o processo deve começar em 09/04, quando iniciam-se as inscrições de chapa, terminando em 05/05 com a divulgação dos resultados

e a posse da nova diretoria. As eleições deverão ocorrer virtualmente, como aconteceu no último pleito da associação.

O PUCviva divulgará os desdobramentos do processo.

Outros assuntos

A diretoria da AFAPUC informou também que as negociações para a Convenção Coletiva de Trabalho entre o SEMESP (Patronal) e as Federações de Sindicatos estão ainda em seu início.

Os funcionários também foram informados sobre o encontro da diretoria da com a nova reitoria da PUC-SP, em janeiro. Na ocasião, foi apresentado um Diagnóstico Inicial da PUC-SP, no qual a Diretoria da AFA-PUC foi informada sobre a dados estatísticos acerca do número de matrículas nos últimos anos e que a reitoria está estudando medidas para fortalecer a procura pela PUCSP nos vestibulares futuros.

Continua na página seguinte



ASSEMBLEIA DE PROFESSORES

DIA 25/02 - 16H - ONLINE

Pautas:

- ✓ Condições de trabalho docente - Contrato de Trabalho
- ✓ Eleições da APROPUC

Para participar e obter o link da Plataforma Zoom, entre em contato com a APROPUC via WhatsApp pelo telefone (11) 3872-2685

Continuação da página anterior

O reitor também informou que a implantação do trabalho remoto deverá acontecer em breve, e que seu modo de funcionamento ainda está em estudo. Outro problema abordado foi o da diminuição de bolsas do Prouni, que vem causando uma série de manifestações dos estudantes da PUC-SP (veja matéria no PUCviva 1258).

O Reitor Vidal Serrano e o Pró-reitor de Graduação-Flávio Saraiva esclareceram que não se trata de uma decisão da universidade, nem tampouco exclusiva a ela, mas reflete a aplicação de normas do MEC que preveem uma proporcionalidade entre o número de estudantes efetivamente matriculados em um curso e a concessão de bolsas. O Reitor espera que, com as medidas a serem adotadas, o número de bolsas volte a crescer. Também foram informadas na reunião as medidas que a reitoria vem discutindo com a Fundasp para melhorar a segurança da universidade como a contratação de novos funcionários para a Direção de Campus, presença de segurança no entorno do campus Monte Alegre e estudos para a implantação de transporte entre a PUC-SP e a estação do metrô Barra Funda.

Recepção aos calouros destaca os caminhos à cidadania, excelência e pertencimento

A recepção aos ingressantes de 2025, primeira da nova gestão da Reitoria, terá como tema “Universidade necessária: caminhos à cidadania, excelência e pertencimento”.

Segundo o jornal J.PUC-SP: “Esse tema visa aproximar mais a PUC-SP dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, que já foi tema de nossa recepção de alunos em 2023, bem como da temática da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, COP30, que ocorrerá no Brasil em 2025, e dos objetivos da encíclica Laudato si’, que completa 10 anos

também em 2025, e permanece mais atual do que nunca, com o questionamento do Papa Francisco sobre o desenvolvimento irresponsável de muitas nações e sobre consumo global exacerbado, que vêm agravando as mudanças climáticas.”

Iniciando no dia 17/02, a programação estende-se até 12/03, com eventos protagonizados pelas direções da universidade e pelos próprios estudantes.

No dia 17/02 acontece o Acolhimento aos novos estudantes pelas Faculdades, Coordenações de Curso e

Entidades Estudantis. No dia 18/02 acontece a aula magna com o Ministro Herman Benjamin (STJ) com o tema: Crise Climática Global: o papel do Brasil de 2025 – TUCA às 9h. Já no dia 24/02 haverá nova aula magna desta vez com o Ministro Flávio Dino (STF) – às 19h no TUCA.

Estão programadas também atividades como apresentações musicais, corte de cabelos solidário, doação de sangue, entre outras. A recepção ocorre em todos os campi e a programação completa pode ser acessada em <https://j.puc-csp.br/>

Fepesp entrega pautas docentes às mantenedoras

A Fepesp - Federação dos Professores do Estado de São Paulo - encaminhou às mantenedoras as pautas unificadas de reivindicações docentes para as negociações relativas à data base de 1º de março de 2025. Reunidos em assembleia no dia 30/01, os professores da base do Sinpro-SP aprovaram as reivindicações econômicas, e sociais para o próximo acordo.

No tocante às cláusulas econômicas os professores rei-

vindicarão um reajuste salarial pela média do INPC e da FIPE, de março de 2024 a fevereiro de 2025 (a estimativa é de que esse índice gire em torno de 4,5%), mais aumento real de 2,5%; Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou abono de 18% (a ser pago até outubro); aumento da hora atividade de 5% para 10%, além de vale-alimentação e vale-refeição. A assembleia também aprovou o valor de R\$ 50,00 por hora aula

como piso salarial para os docentes.

Na parte das cláusulas sociais, foram propostas algumas alterações para aperfeiçoar ou esclarecer as redações atuais, como por exemplo, a ampliação do período de licença maternidade para 180 dias, tanto para mães biológicas, quanto para pais e mães adotantes. Sobre o EAD, o sindicato deverá aguardar a regulamentação da modalidade que ocorrerá em meados de fevereiro.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D’Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Associações de professores se manifestam contra a perseguição à professora Ligia Bahia

A professora Ligia Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sofre um processo, movido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em virtude de suas declarações, feitas durante a pandemia, contra as posturas negacionistas do Conselho, que se opunha à vacinação e defendia o uso da cloroquina. O CFM exige uma retratação pública e uma indenização de R\$ 100 mil por declarações feitas pela professora ao canal do ICL “Instituto Conhecimento Liberta”.

O Andes-Sindicato Na-

cional emitiu nota de solidariedade à professora na qual reafirma que “O ANDES-SN defende a liberdade de expressão, a liberdade de pesquisa e a liberdade de cátedra, esta última prevista no artigo 206 da Constituição Federal, ou seja, um princípio constitucional que garante às (aos) professora(s) a autonomia para ensinar e discutir ideias, sem interferências externas”.

O PROIFES- Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico

Técnico e Tecnológico, entende que “a tentativa de punição contra Ligia representa não apenas um ataque à liberdade acadêmica, mas também uma ameaça ao progresso científico”.

A APROPUC, que em toda a sua história, defendeu a liberdade de cátedra e a livre expressão dos docentes também manifesta sua solidariedade à professora Ligia Bahia e aos professores que, perseguidos pelo autoritarismo da extrema-direita, não calaram suas vozes em defesa da democracia, da ciência e contra o negacionismo.

Polícia israelense invade livreria palestina

O governo de Israel, além de deixar um rastro de mais de 40 mil mortes entre o povo palestino, agora também se presta à perseguição ideológica no Oriente Médio. No sábado, 09/02, a polícia israelense invadiu a Livreria Educational Bookshop, uma das principais referências culturais palestinas em Jerusalém Oriental. Dois dos donos, Mahmoud e Ahmad Muna, foram presos, e centenas de títulos foram confiscados. A polícia sequer tinha conhecimento do conteúdo dos livros, escritos em árabe, língua que os policiais não dominavam, o que provocou, entre outros absurdos, a apreensão do livro infantil “Do Jordão ao Mar”, citado como incitação ao terrorismo.

O confisco de livros e a detenção dos proprietários foram interpretadas como uma tentativa de silenciar vozes críticas e limitar o acesso à informação. Citado pelo portal Vermelho, o advogado da Livreria, Nasser Odeh, afirmou que a ação “É parte dos ataques contra o povo palestino há décadas. Eles querem impedir os palestinos de aprender e se expressar.”

A historiadora Arlene Clemesha, doutora em História Árabe, na Universidade de São Paulo, autora de *Marxismo e Judaísmo*, assim se expressou em suas redes sociais: “Qualquer semelhança a certos eventos macabros do século XX europeu não será mera coincidência!! É necessário rejeitar enfaticamente essa agressão, esse ataque à liberdade de expressão”

Censura de Trump atinge pesquisas de universidades brasileiras

A cruzada autoritária e negacionista iniciada pelo presidente Donald Trump atingiu em cheio projetos de pesquisa financiados por agências americanas, como a Fulbright Specialist Program. O decreto do presidente impõe, para que a pesquisa continue, que determinadas palavras sejam retiradas do projeto. É o caso de temas como direitos humanos, opressões de gênero, classe e raça, crise dos princípios democráticos, emancipação social, sistemas de opressão e justiça social., entre outros.

Marco Antônio Sousa Alves, professor adjunto

de Teoria e Filosofia do Direito e subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, recebeu uma notificação da Fulbright solicitando a retirada de alguns termos de sua pesquisa. “É uma situação bizarra... Devo retirar termos como ‘Human Rights’, ‘oppressions of gender, class, and race’, ‘crisis of democratic principles’, ‘social emancipation’, ‘systems of oppression’, ‘cross-cultural interactions’, ‘promotion of social justice. (...) Me sinto negociando uma bolsa com

um regime ditatorial”, declarou o professor ao site da Associação Brasileira de Imprensa.

Relatos de professores da UFRJ seguem na mesma linha da censura ao professor da UFMG. A perseguição ideológica de Trump faz parte de uma agenda política de extrema-direita no sentido de moldar a produção intelectual americana. Revistas de projeção no meio científico como a *The Lancet* e a *British Medical Journal* conclamaram pesquisadores e publicações científicas a não se curvarem à censura de Trump.